



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.315, DE 2025

(Da Sra. Alice Portugal)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 de julho de 2012, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes a assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial, garantindo aos seus membros medidas de proteção.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025
(Da Sra. ALICE PORTUGAL)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 de julho de 2012, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes a assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial, garantindo aos seus membros medidas de proteção.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei reconhece como atividade de risco permanente as atribuições inerentes a assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial no âmbito do Poder Judiciário, garantindo-lhes medidas de proteção e recrudescendo o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e lesão corporal dolosa contra eles, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

Art. 2º O desempenho das atribuições próprias de assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial, no âmbito do Poder Judiciário, está inserido entre as atividades estatais definidas como de risco permanente, o qual é inerente ao ofício.



Art. 3º Para garantir ações concretas de proteção aos assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial, no âmbito do Poder Judiciário, será implementado programa especial com o objetivo de assegurar-lhes proteção por circunstância decorrente do exercício de suas funções, sempre que demonstrada a necessidade.

Art. 4º São diretrizes para a viabilidade da política especial de proteção aos assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial, de que trata essa lei, observados os critérios da necessidade e da adequação:

I - garantia da confidencialidade de suas informações cadastrais e de dados pessoais e de familiares por ele indicados;

II - garantia de escolta e de aparatos de segurança disponíveis que possam auxiliar sua proteção.

Art. 5º A proteção especial será solicitada à polícia judiciária mediante requerimento devidamente instruído com a narrativa dos fatos e eventuais documentos pertinentes, cujo processo tramitará com prioridade e em caráter sigiloso, e as primeiras providências deverão ser adotadas de imediato.

Art. 6º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 121.

VII – contra:

a) autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até o terceiro grau, em razão dessa condição;



b) assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição;

.....

Art. 129.

§ 12. Aumenta-se a pena de um a dois terços se a lesão dolosa for praticada contra:

I - autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até o terceiro grau, em razão dessa condição;

II - assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial, no âmbito do Poder Judiciário, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

.....” (NR)

Art. 7º O inciso I-A do caput do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra:

a) autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou



contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até o terceiro grau, em razão dessa condição;

b) assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial, no âmbito do Poder Judiciário, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição;

.....” (NR)

Art. 8º O art. 9º da Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

§ 1º-A A proteção pessoal compreende as seguintes medidas, entre outras, aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme os critérios da necessidade e da adequação:

I - reforço de segurança orgânica;

II - escolta total ou parcial;

III - colete balístico;

IV - veículo blindado;

V - remoção provisória, mediante provocação do próprio servidor do Poder Judiciário, asseguradas a garantia de custeio com a mudança e transporte e a garantia de vaga em instituições públicas de ensino para seus filhos e dependentes;

VI - trabalho remoto.

.....

§ 2º-A A negativa de adoção de providências para a proteção ao servidor do Poder Judiciário, quando demonstrada a necessidade, será:

I - nas hipóteses dos incisos I e III do § 1º deste artigo, passível de recurso ao superior hierárquico;

II - na hipótese do inciso II do § 1º deste artigo, submetida à apreciação do Conselho Nacional de Justiça.



.....” (NR)

Art. 9º O Capítulo II da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), passa a vigorar acrescido da seguinte Seção III-A:

“Seção III-A

Do Tratamento de Dados Pessoais dos Servidores do Poder Judiciário

Art. 14-A. No tratamento de dados pessoais dos servidores do Poder Judiciário, sempre será levado em consideração o risco inerente ao desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único. Qualquer vazamento ou acesso não autorizado em relação aos dados pessoais a que se refere o caput deste artigo que possa representar risco à integridade de seu titular será comunicado à autoridade nacional, a quem competirá, em caráter de urgência, a adoção das medidas cabíveis para o fim de reverter ou mitigar os efeitos do incidente.”

Art. 10. O art. 52 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º-A:

“Art. 52.

§ 2º-A A pena de multa, simples ou diária, será aplicada em dobro em caso de infração praticada em detrimento de dados pessoais de servidor do Poder Judiciário, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

.....” (NR)

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei visa reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições exercidas por assistentes sociais judiciais, comissários da infância e da juventude, psicólogos judiciais, pedagogos judiciais, agentes de segurança judicial e polícia judicial, no âmbito do Poder Judiciário. A proposta é uma medida necessária para assegurar a proteção adequada a esses profissionais, que desempenham funções essenciais para a justiça e a segurança pública, frequentemente expostos a situações de risco iminente.

Os assistentes sociais judiciais são responsáveis por realizar estudos sociais, visitas domiciliares, relatórios e laudos que auxiliam os magistrados na tomada de decisões. Durante suas atividades, frequentemente se deparam com contextos familiares complexos, ambientes de violência doméstica, abuso infantil e outras situações de vulnerabilidade social. Esse contato direto com cenários críticos coloca esses profissionais em risco de retaliação por parte dos envolvidos.

Os comissários da infância e juventude são profissionais dedicados à proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Eles atuam na fiscalização do cumprimento das leis, intervêm em situações de risco, como em casos de negligência, abuso, exploração, ou qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes, prestam apoio em processos judiciais, e promovem a conscientização sobre os direitos dos menores, assegurando que sejam protegidos contra abusos e violências.

Os psicólogos judiciais, assim como os assistentes sociais judiciais, atuam na avaliação e intervenção em casos de violência, abuso, conflitos familiares e questões criminais. Eles realizam entrevistas, perícias psicológicas e acompanham processos que envolvem alto grau de tensão emocional e conflitos. A exposição direta a criminosos, vítimas e suas famílias aumenta significativamente os riscos para sua integridade física e psicológica.

Os pedagogos judiciais desempenham um papel crucial no acompanhamento e orientação de menores em situação de vulnerabilidade. Eles estão presentes em processos de adoção, medidas socioeducativas e acompanhamento de crianças e adolescentes envolvidos em atos infracionais.



A interação com famílias desestruturadas e indivíduos em conflito com a lei aumenta a exposição a situações de risco e possíveis ameaças.

Os agentes de segurança judicial são responsáveis por garantir a segurança de magistrados, servidores, partes e público em geral nas dependências do Poder Judiciário. Eles atuam na proteção de juízes e em operações que envolvem alto risco, como escolta de presos e segurança em audiências. A natureza de suas atividades os coloca frequentemente em confronto direto com criminosos e situações de alta periculosidade.

A polícia judicial, responsável pela segurança interna dos tribunais e pela execução de mandados judiciais, lida diretamente com indivíduos que representam uma ameaça à ordem e à segurança pública. Suas atividades incluem a detenção de suspeitos, a segurança de magistrados e servidores e a manutenção da ordem nas dependências judiciais. A exposição constante a situações de risco requer uma proteção adequada para garantir a integridade desses profissionais.

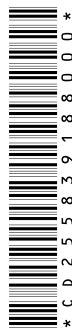
O reconhecimento das atividades exercidas por esses profissionais como de risco permanente é uma medida essencial para garantir sua segurança e proteção. Ao estabelecer diretrizes claras e medidas específicas de proteção, este projeto de lei busca não apenas valorizar esses servidores, mas também assegurar que eles possam desempenhar suas funções de maneira segura e eficiente. A proteção desses profissionais é fundamental para a manutenção da ordem, da justiça e da segurança pública em nosso país.

Ante o exposto, pedimos apoio aos nobres pares para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das sessões, de 2025.

Deputada ALICE PORTUGAL

PCdoB/BA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

CONSTITUIÇÃO DE 1988	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-19885-outubro-1988-322142-normapl.html
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei2848-7-dezembro-1940-412868norma-pe.html
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8072-25-julho1990-372192-norma-pl.html
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12694-24-julho2012-773906-norma-pl.html
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13709-14-agosto2018-787077-norma-pl.html

FIM DO DOCUMENTO